

Ensino Superior assente na *angolanidade*: construção de uma identidade coletiva

Higher Education based on Angolanity: building a collective identity

Patrício Batsikama

E-mail: 23327@ufp.edu.pt;
Universidade Agostinho
Neto

Resumo

O Ensino superior em Angola, que é uma experiência nova, suscita duas preocupações: (i) a sua implementação dentro das normas universalmente aceites; (ii) busca de uma *identidade* que permite que responda às necessidades da anatomia social angolana. O presente texto é síntese de uma pesquisa de campo entre 2008-2012. Partimos do pressuposto que a construção de Estado-nação angolano poderá ser uma possibilidade através de Ensino Superior.

Palavras-chaves: Ensino Superior; Angolanidade; Estado-nação; Angola.

Abstract

The university in Angola, as new experience, expects two preoccupations: (i) its implementation inside the norms universally accepted; (ii) looking for its identity for responding the necessities of Angolan social anatomy. The present article is synthesis of an experimental research between 2008-2012. We think that one of the way to build the Angolan State-nation can be aimed by Academic Studies.

Keywords: University; Angolanity; State-nation; Angola.

Introdução

A Universidade é o espaço onde se ensina a pensar, para além de se transmitir conhecimentos. O que aqui vou comunicar, é um desafio ao pensar a nossa identidade de angolanos. Discutir a identidade é o maior risco de um pensador e de um académico, pois, como sabemos, a identidade não está na essência de cada um de nós ou do nosso grupo, mas é o resultado de um processo histórico de experiências, vivências e expectativas comuns, que se configuram num “ethos” passível de ser evidenciado, comunicado e presente nas “obras” (materiais e imateriais) de um povo. Este tipo de identidade não é redutora da complexidade desse povo, mas aglutinadora da sua diversidade! A Universidade deve, também, ser esse espaço de construção crítico de uma identidade colectiva!

Em 2008 foram lançadas universidades públicas, e durante quatro anos, buscou-se fortalecer as suas bases jurídicas e vínculos institucionais na cooperação com ademais universidades estrangeiras. Entre 2010 e 2012, foram reconhecidas outras Instituições privadas de Ensino Superior. Em 2013, pretendeu-se qualificar o Ensino Superior, criar infra-estruturas físicas de raiz. Também já foi apresentado, às regiões académicas, o Plano Nacional de Formação dos Quadros. Portanto, apraz-me falar sobre uma universidade, o papel da universidade, certamente não muito distante dos conceitos e da função das outras universidades pelo mundo, pois vivemos num mundo globalizado e competitivo. Mas aqui pretendemos contextualizar o papel da universidade angolana na sociedade angolana e com os conceitos da tradição linguística angolana, ou seja, o objectivo é caracterizar um projecto de universidade que tenha por base a própria expressão da angolanidade.

I. O problema e Metodologia

Em 2008 – quando integrei no professorado no IMETRO – notei, logo a partida um baixo nível cultural dos estudantes. Solicitei aos estudantes indicar-me as suas dificuldades na assimilação das aulas. Foi um universo de 42 estudantes, das nossas turmas. Depois desta experiência, treinei os estudantes e solicitei-lhes alargar as recolhas para demais cursos do IMETRO: conseguimos 347 inquéritos devidamente preenchidos.

Alarguei a pesquisa em três outras instituições de Ensino Superior: Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Ciências Sociais (pública), Universidade Lusíada (privada),

ISCED/Luanda (público), além de IMETRO (privado). Com o total de 800 inquéritos selecionados, cada instituição continha 200.

Analisei as respostas e percebi-me do seguinte:

- (i) Baixo nível cultural do estudante que ingressa na Universidade: falta de uma Exame Nacional para testar o nível académico/cultural dos estudantes que terminam o Ensino Médio, permite que cada instituição privada e pública avalie – sem grande fiscalização – os seus alunos;
- (ii) Os programas curriculares limitam-se na *instrução* – na maioria dos casos sem laboratório nem aulas práticas profícuas – cuja filosofia educacional não corresponde à sociedade angolana: tratar-se-iam de programas importados e não da demanda social local. Há, de modo igual, alta carência dos professores: por um lado, os licenciados administram aulas a ponto de serem titulares; por outro, os mestrados e doutorados tornam-se garimpeiros assumindo mais de 30 horas semanais – por razões financeiras – o que debilita os formandos.
- (iii) As universidades: (i) privadas: as promotoras das instituições de Ensino Superior têm objectivos económicos bem traçados, e nestas primeiras experiências, os lucros lhes interessam em primeiro lugar. Daí, o estudante passa a ser um potencial cliente; (ii) públicas: o Estado subvenciona as propinas dos estudantes (que não pagam a sua escolaridade).

No terceiro trimestre de 2012, apresentei publicamente estes resultados aos quais anexei as recomendações. No mesmo ano, recebi o convite de ingressar à Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto. Coincidiu com o Colóquio que anualmente realiza aquela prestigiosa Faculdade. O tema era “construir Estado-nação angolano”. Ora, já naquela altura, encontrava-me adiantado na pesquisa de campo para o trabalho da minha Tese de Doutoramento cujo o tema central era *angolanidade*.

Neste artigo, tentarei responder à seguinte pergunta: o que fazer para que o Ensino Superior seja um instrumento para fomentar Estado-nação em Angola?

II. Universidade e neo-capitalismo hoje

A universidade tem muitos séculos e diferentes tradições! A história da universidade obriga-nos a percebê-la como uma instituição profundamente ligada às sociedades que as criaram e que, a partir delas, construíram saber, desenvolvimento e sociedades mais justas. Não é de estranhar, por isso, que no início da universidade tenham estado, tanto no mundo ocidental, como no mundo islâmico, as ciências humanas e a busca de sentido para a vida do homem o mundo. Só depois vieram as ciências exactas e a investigação laboratorial. Em muitas das nossas sociedades africanas, essa demanda do saber e essa procura de um

sentido para a vida, têm uma longa tradição e fecundos cultores. Por isso, o espírito da universidade não é estranho à nossa cultura.

Mas o mundo que agora vivemos é um mundo global; um mundo onde se globalizou a ideia e prática de sociedade que tem no seu cerne o espírito de mercado, produtivista, ou, se quisermos ser mais concreto, capitalista. O saber e o conhecimento já não são vistos meramente como um bem inerente à dignidade e condição de humanos e de cidadãos, mas como um bem transacionável, um “activo” de uma sociedade! Investir no conhecimento, é investir em infra-estruturas, conteúdos e serviços técnicos e humanos, que sirvam um mercado competitivo, para produzir e transacionar bens! Este investimento cabe, em primeiro lugar, às autoridades e responsáveis pelas políticas de desenvolvimento, em segundo lugar à sociedade civil, que deve ter a capacidade de responder aos desafios que o mundo contemporâneo lhe coloca e responder com iniciativas e propostas sérias e eficazes, dentro de uma perspectiva de cidadania activa; e, por último, às famílias e indivíduos, que devem ver na educação e na consolidação do conhecimento científico uma oportunidade para a ascensão social e para a sua valorização, enquanto pessoas e cidadãos.

Uma boa formação académica implica, necessariamente, um investimento financeiro. A grande questão é a de se saber quem providencia esse investimento, em que medida e com que resultados! Investir em conhecimento científico é investir no desenvolvimento de um país; é investir na justiça social; é investir numa sociedade mais autónoma, emancipada e capaz de responder aos desafios do mundo actual.

Quando falamos de uma possível comercialização do conhecimento por parte de instituições universitárias (o que não é totalmente uma questão negativa) ou de uma comercialização de certificado (o que já é muito mau), estamos a falar de situações novas e desafiadoras para o futuro da universidade. Se o primeiro caso se insere numa lógica de desenvolvimento do “mercado do saber”, dentro do espírito de mercado livre e capitalista, o segundo é já uma questão judicial e penal, que convém desde já evitar e sancionar. Assistimos, então, a estratégias institucionais e a marketing de promoção e venda de produto: um curso universitário! Dentro desta lógica institucional e de marketing, cada instituição universitária, para além das leis académicas estabelecidas e exigências científicas desejadas, obedece a determinadas leis comerciais. A economia deste produto olha para o estudante como um potencial cliente, que procura agradar e cativar para o seu projecto, ou

seja, para a sua oferta! É preciso acautelar todo o processo desta economia, pois cada instituição deverá cativar o cliente pela qualidade da sua proposta, pela exigência do produto, de forma a garantir ao cliente um futuro melhor, para que as suas expectativas não fiquem defraudadas. Ainda bem que o Ensino Superior Público é gratuito em Angola! Mas tenho as minhas sérias dúvidas que assim continue para sempre, porque as sociedades são dinâmicas e o que vemos por esse mundo fora não sustenta a perenidade desta situação! O investimento cada vez mais exigente no Ensino Superior e na Investigação obriga a que uma sociedade tome decisões difíceis. Ou se entende o investimento no conhecimento e na investigação como a base da riqueza de uma nação e a base da construção de uma sociedade mais justa e livre, ou se deixa esse investimento para grupos mais capacitados. Creio que a primeira opção é a mais certa, pois não podemos descuidar o bem-comum, o desenvolvimento e a vontade de estar integrado nos grupos das nações que entendem a sua riqueza no ter um povo que dispõe de todos os instrumentos de conhecimento necessários, de modo a ser capaz de responder aos desafios do mundo actual.

Por isso, realçamos a necessidade da criação de programas que fortaleçam a rede universitária de Angola; a sua estratégia de desenvolvimento e afirmação; a aposta na formação de um corpo docente altamente especializado e vinculado às instituições onde ensinam e investigam; a criação de grupos e equipas de investigação altamente treinadas, que criem redes de contactos, de forma a se inserirem em projectos de investigação de grande duração e produtividade; programas que permitam aos discentes que procuram nas universidades o rendimento das suas capacidades académicas a possibilidade de participarem em actividades institucionais e de investigação remuneradas, que os ajudem na sustentabilidade da sua vida académica. Importa criar instrumentos institucionais que associem os docentes e os discentes, como forma de qualificar o Ensino e identificar nos discentes mais destacados os futuros funcionários, senão investigadores e professores da universidade. A universidade deve ser um viveiro de conhecimento e de quadros para a sociedade. Por isso, ela, mesmo respeitando a sua especificidade e autonomia científica, deve ser uma instituição virada para a sociedade, com uma dupla missão: desafiando a sociedade para o conhecimento e, responder aos problemas e necessidades dessa mesma sociedade com conhecimento e soluções eficazes! O conhecimento produzido na universidade é dos investigadores, mas é, também e sobretudo, da sociedade que o financia, da sociedade que justifica a existência da instituição universitária. Daí a importância da

divulgação do conhecimento, através da criação de instrumentos e órgãos que sirvam de mediadores entre os produtores de conhecimento e os beneficiários do mesmo!

III. Valores e Universidade

Olhamos para a universidade como uma “fábrica” de saber. Para além de ser essa “fábrica de saber”, ele deve ser, como já dissemos, um lugar para ensinar a pensar! Ela proporciona uma formação qualificada, com investigação séria e administração competente, envolvendo o mundo académico e extra-académico. Resumindo, ela deve proporcionar ao homem o seu “devir”, o seu progresso pessoal e social, ou seja, a sua própria descoberta como membro activo de uma sociedade, onde intervém e onde terá de fazer escolhas! Este “devir” humano assenta, fundamentalmente, no cultivo de valores (Boas, 1945[1918])! É certo que aquele que frequenta uma universidade vai à procura de um “activo” que lhe proporcione uma melhor posição social, um melhor emprego, quer dizer *dinheiro, bens, riqueza* ou até *poder*. Mas a universidade, antes de mais, deve fornecer uma outra riqueza! Aquela que está fundada em valores e que, de facto nem sempre é valorizada. A universidade não tem sentido sem esses valores: isto é, a busca do *verdadeiro*, o *belo* e o *bem*!

Vou proceder à uma breve reflexão sobre estes valores:

- (i) O ***verdadeiro***: somos herdeiros de uma civilização que sobrevalorizou o *verdadeiro*. A ciência é, etimologicamente, o conhecimento *verdadeiro*. No plano ontológico, a universidade busca construir *Homem verdadeiro* que é íntegro e que busca humildemente o *axiomático*. Hoje há quem diga que o objecto da ciência não é a verdade, pois esta apresenta-se, na sua essência, como algo inacessível. Se a produção científica fosse a produção da verdade, ela acabaria em si mesma num orgulho castrador, para não dizer mentiroso. O objecto seria, então, o desmontar a falsidade, o desvelar a mentira, numa lógica humilde e rigorosa de busca de um conhecimento mais verdadeiro. Busca que vai mostrando a falsidade das verdades anteriormente assumidas! Um empenho mais verdadeiro para um conhecimento mais verdadeiro é a lógica do método e rigor científico. Para este projecto, a universidade precisa de: (a) **Professores e estudantes verdadeiros**; (b) **Corpo administrativo verdadeiro**; (c) **Aulas e pesquisas verdadeiras** (ao abrigo das infra-estruturas verdadeiras/apropriadas).

Kidika em kimbundu, *kedika* em kikongo, *yilika* em côkwe, *ociyili* em lyumbumbu, *obili* em khoe khoe (khoisan), o termo indica que na cosmogonia angolana a existência (+*di*; +*li*) é *verdadeira*. Quer dizer que, na cosmogonia dos Angolanos, o *verdadeiro* é o resultado da exploração racional da existência. Isso requer conhecimento (*verdadeiro*),

competência, muito trabalho e, constantemente, inúmeros sacrifícios. A existência, então, só se entende na busca de um conhecimento verdadeiro.

- (ii) O *belo*: a simetria ontológica, a harmonia idiossincrática e a grandeza humana constituem a *beleza*. Como se pode notar, o *belo* é **verdadeiro**, *a priori*. Kant (1968: 76), Hegel (1993: 87,97), já explicaram isso.

Na base cognoscitiva dos angolanos, analisada a partir dos suportes sociolinguísticos, os conceitos do *belo*, *bom* relacionam-se: *waba* em kimbundu, *ociwa* em lyumbundu, *wali* em côkwe, /*awa* em khoe khoe, *waa* em velho kikôngo. Nesses conceitos temos três grupos semânticos: (a) estabilidade na saúde física e mental; (b) coerência individual perante as leis naturais e preceitos dos demiurgos (*leis* deixadas pelos ancestrais). A comunidade universitária deve ser promotora da *beleza*, expandindo suas [*boas*] acções nas populações: primeiro, garantir e promover a coerência e a intelectualidade individual; segundo, promover a busca do bem-estar, a partir do conhecimento e da competitividade (Boas, 1945[1918]); (c) e, por fim, promover a estabilidade social (no caso, dar solução científica aos problemas sociais) e projectar as vias e instrumentos para o desenvolvimento humano.

- (iii) O *bem*: todo ser vivo busca o seu *bem*, de várias maneiras. O *Homo sapiens* definiu como o seu bem o *ser social*. Os angolanos, desde a fundação dos Estados pré-lusitanos (antes de século XIII), definiram a *vida social* como o maior *bem*. Por isso criaram poderosos impérios e reinos.

Em côkwe *nthu* significa *bondade*; ao mesmo tempo *muntu* é o detentor da bondade. Entre os Umbundu (Ngângela, Kwanyama) o *bem* é a *vida* (existência), ora o conhecimento (*verdadeiro*) é *bondade*. Quem obedece à existência (+*li*) e às leis (+*li*) alcança a *bondade*: essa é a equação muntu-angolana sobre o *bem*. Isto é, o *bem* está ao alcance do ser vivo, cabe a este moldá-lo a seu jeito sem atropelo às leis em vigor, nem àquelas deixadas pelos ancestrais. Essa obediência às leis é a afirmação da sua pertença social, da aceitação do grupo, onde a norma jurídica e a sua aceitação proporciona o *bem*.

Em síntese, se tivermos professores e estudantes *verdadeiros* e *belos* em busca constante do *bem*, que é sempre um *bem social*; se conseguirmos ter administrativos *verdadeiros* e *belos*, no esforço constante para oferecer as condições institucionais face aos desafios e outras dinâmicas que lhes forem colocados; se as nossas aulas e pesquisas forem reconhecidas como verdadeiras (e não como plágios) e belas (resultado dos esforços vinculativos), as universidades em Angola cumprem o seu propósito e serão de *grande valor* para a sociedade!

IV. Desafios da universidade angolana

A posição geográfica e estratégica de Angola em África, as riquezas do solo, subsolo e dos mares angolanos (Somerville, 1986; Brittain, 1996), os passos firmes para o desenvolvimento económico, a complexidade, variedade e riqueza do mosaico populacional angolano e os desafios da globalização, exigem alta qualificação e formação aos Angolanos. A rentabilização dessa formação será uma verdadeira bênção para nós, uma vez que a utilidade da universidade baseia-se na proficuidade e solubilidade dos problemas sociais elementares, nos espaços onde a universidade está instalada.

Vamos tentar, de modo geral, sintetizar os desafios da “universidade angolana”:

- (i) Fortalecer-se internamente: (a) qualificar seus quadros docentes e não docentes; (b) construir laboratórios e centros de pesquisas; (c) investir em programas incentivadores para a excelência académica; (d) estar virada para as comunidades onde está localizada; (e) insistir no espírito da responsabilização (Foucault, 1987), etc.
- (ii) Identificar prioridades e exhibir identidades académicas: (a) identificar os ramos do saber mais urgentes e com futuro, e investir neles com excelência; (b) estabelecer vínculos com as empresas e indústrias a operar na região, para proficuidade dos cursos; (c) criar pacotes de pesquisas institucionais e publicar os resultados, com participação constante de outras instituições especializadas, etc.
- (iii) Estabelecer redes com outras universidades internas e externas: (a) promover a mobilidade de docentes (nacionais e internacionais) e estudantes, de modo a permitir um intercâmbio proveitoso, facilitando uma maior capacidade de diálogo; (b) os cursos de pós-graduação e de pesquisa poderão buscar sua excelência inaugural nas universidades externas, para criar futuramente as suas bases internas; (c) etc.

As regiões académicas em Angola – com a bênção dos governos provinciais locais – constituem uma posição futurista para nutrir uma indústria académica funcional e útil na sociedade angolana, porque partindo das potencialidades regionais, quer sociais quer económicas, e de bens endógenos, permitirá o desenvolvimento humano dessas regiões. Será necessário oxigenar essas Instituições de Ensino Superior e, paulatinamente, democratizá-las, evidenciando a peculiaridade de cada identidade académica, suas competências e utilidade social na região onde está inserida. E, sobretudo, responsabilizar os envolvidos (Foucault, 1987).

Assim, esperamos, com a garantia dos valores humanísticos anteriormente referidos, termos o desenvolvimento humano em Angola almejado. O Plano Nacional para Formação de Quadros, é uma boa iniciativa, mas precisa urgentemente de uma leitura

avaliativa. Quero com isto dizer, falta a engenharia executória, pois não há auto-suficiência simétrica dos pressupostos. Ele exige a assiduidade de uma avaliação e de rigorosa análise de implementação, de forma a resolver os sempre presentes erros que um Plano desta natureza tem. Cabe às universidades buscar leituras correctivas na implementação do projecto.

V. Angolanidade e universidade

Quero voltar a recentrar-me na especificidade da relação entre a universidade e a busca e afirmação das identidades angolanas. Se nos anos 1949-1952 o termo *angolanidade* surgiu nas lides literárias (Abranches, 1980), numa diáspora fortemente influenciada pela *africanidade*, num contexto das incertezas e desafios para a independência, hoje, com a Paz, é possível definir, de forma descritiva, a angolanidade e compreender como as identidades angolanas nasceram e as suas dinâmicas. Assim, temos (i) a **angolanidade apriorística**, que definiu quem era angolano (de forma jurídica); (ii) por sua vez, a **angolanidade rizomática** defendeu a autenticidade (quer dizer, definiu o angolano a partir das raízes socioculturais); (iii) por último, a **angolanidade aposteriorística** criou uma plataforma dinâmica de diálogo para as identidades particulares (Batsíkama, 2013: 123-152).

Será que a geografia académica actual, que rege a distribuição da capacidade humana angolana de conhecimento, corresponde aos nobres objectivos socioculturais patentes na angolanidade? Talvez, para responder, importa definir a angolanidade.

Antropologicamente a angolanidade é a prática e o resultado do diálogo, em Angola, do “Eu”, “Não-Eu” e “Outro”, em busca da sua coerência social, ainda que partam das suas divergências identitárias, enquanto constituintes (Sango, 1996: 138), num contexto assimétrico, quer nas regras de jogo, quer nas forças de que, inicialmente, cada um dispõe.

Depois de definir a angolanidade, importa agora sublinhar os dois valores principais que desde a alta antiguidade entraram nestas regras de jogo e que continuam presentes: (i) **solidariedade**; (ii) **diálogo**.

- (i) **Solidariedade:** (a) integridade sistémica: a angolanidade só é funcional a partir da idiossincrasia identitária de cada constituinte (“Eu”, “Não-Eu” e “Outro”); (b) sociabilidade: a relação das forças na angolanidade baseia-se em duas vertentes: por um lado, a “aceitação ontológica de Outro”; e por outro, o “respeito racional” e a “humildade correctiva”.
- (ii) **Diálogo:** (a) pressupõe-se aqui o respeito da pluralidade: “Eu”, “Não-Eu” e “Outro”; (b) diálogo ontológico: união dialéctica entre o *desejo corporal* com o

belo ascético (simetria); (c) diálogo social: “*os homens não se dão as costas*”, dizem os Lûnda. Os angolanos desde as fundações dos seus reinos respeitaram a negociação: caminharam sempre em diálogo sincero. Onde faltou este precioso diálogo, houve conflitos desastrosos.

Como se pode notar, a solidariedade e o diálogo na angolanidade é, de facto, peculiar. É na base deste/a diálogo/solidariedade que o Chefe de Estado José Eduardo dos Santos, disse, na sua mensagem do fim de ano 2012, passo a citar, “Quem tem a mais, dá àquele que menos tem ou quase nada tem”. Vou tentar desenvolver a reflexão à volta disso, em três níveis – sempre na linha da angolanidade:

- 1) **Económico:** duas questões ultrapassam-nos: (i) a famosa pós-modernidade (Gellner, 1989): o produto tangível interessa menos que a informação e a imagem na sua rentabilização; (ii) o PPII (Planetário, Permanente, Imediato e Imaterial) exige de nós uma actualização permanente das capacidades. Por outro lado, o egoísmo torna-se alavanca do sucesso, ao passo que o colectivismo se reduz ao menos possível. Quer dizer, o homem torna-se cada vez mais um ser menos importante (perante a máquina) e, várias vezes é coisificado (produto do mercado). Resultado: um conflito de valores a que se sucedeu outras crises comprometedoras para a economia. Hoje já não é raro ver um filho desejar a morte do pai, por causa da herança (imediatismo), para citar apenas isto. A universidade sempre foi um instrumento poderoso na resolução dos impasses que economia pós-moderna, ou, agora, pluri-moderna, criou. No caso das nossas realidades socioeconómicas, a universidade pode alterar esta visão meramente economicista, fútil e egoísta, ao mesmo tempo que fortalece a solidariedade, facilitando o investimento na remuneração dos docentes e na investigação, através de bolsas de pesquisa, com exigência de qualidade e de produção, devidamente avaliadas; e premiando financeiramente os discentes empenhados e com menor possibilidades de desenvolverem os seus estudos. Se o neo-capitalismo exige que nós consigamos estas benesses pelos nossos próprios méritos, só desta forma o entendo: “*Quem tem a mais, dá àquele que menos tem ou quase nada tem*”. Isto é, a **solidariedade** consistiria em criar mecanismos de oportunidades, e, ao mesmo tempo, ser rigoroso na rentabilização académica.
- 2) **Político:** as regiões académicas são ao mesmo tempo regiões económicas. Realço aqui a ideia primordial de que se plantarmos as “fábricas de transformações, que congregam e criam postos de emprego para os aldeãos”, estaremos, *ipso facto*, a resolver os problemas mais graves dessas populações. Lembram-se que, logo no início, defini a universidade como uma “fábrica”. Esta metáfora serve para defender o facto de as regiões académicas, que tendem a criar a indústria do saber em Angola, serem instrumentos importantes para o nosso desenvolvimento humano. Dom Afonso Iº Mvêmb’a Nzinga tinha criado escolas no século XVI; Dona Ana de Sousa Njing’a Mbândi acreditava na formação para desafiar os invasores; Mandume ya Ndemufayo (Hayes, 1993) exigia a simbiose da cultura endógena (kwanyama) e alógena (europeia) para o desenvolvimento, a fim de competir com o colonizador. Durante a luta de libertação formaram-se jovens que hoje são dirigentes. E, como já é cultura que data de séculos, o actual Executivo acredita que a educação e a formação

científica constituem uma boa política para o desenvolvimento humano. O que faltaria, no meu ponto de vista, seria: (i) *oxigenação de programas* concretos, relacionados com as aflições socioeconómicas locais, e não limitar-se à simples teoria; (ii) *bênção financeira*: pode-se criar um “campo empresarial académico”, com os seus actores públicos e privados; poder-se-á também fomentar as Fundações promotoras de ciência e de formação profissional; ou ainda, poder-se-ia apoiar outras instituições associativas e autónomas (mas de utilidade pública). É assim que eu entendo a citação “Quem tem a mais, dá àquele que menos tem ou nada tem”.

- 3) **Organizacional:** é nas universidades que se organiza e se coordena o trabalho de extensão universitária. Em diálogo com a sociedade, com as suas potencialidades e necessidades, a universidade deve definir os instrumentos operativos para aplicar os seus planos de serviço à comunidade. Daí a importância de uma universidade que sai do Olimpo das suas instalações e desenvolve investigação de campo, investigação aplicada. Só assim ela, universidade, justifica a sua razão de ser e as expectativas da sociedade num saber experimentado. É estratégico aprofundar e normalizar o diálogo com as comunidades, quer em promoção de cursos cujos objectivos imediatos vão ao encontro das necessidades da região, com as soluções ajustadas aos problemas das populações. O apoio a este trabalho deve ser partilhado pela universidade, o poder central e as autoridades locais, entre as quais coloco as Associações Cívicas e as empresas. Assim, para todas regiões, cursos de enfermagem, ou mesmo da medicina, são importantes senão urgentes! O mesmo se diga para áreas de investigação aplicadas às potencialidades endógenas de cada região, não esquecendo as ciências humanas e a promoção de pesquisas sociológicas, económicas, que nos forneçam as estatísticas e informação precisa das comunidades, áreas e situações reais, para melhor conhecer e intervir nessas comunidades.

Vamos apontar dois pontos fortes que toda universidade tem: (i) representação das forças sociais locais: instituições, associações, empresas, estudantes; (ii) máquina de formação de quadros e de produção do saber. No primeiro ponto, importa olhar o contexto social, cultural e económico da região, e as associações estudantis. Isso permitirá definir com segurança os núcleos de estudo com mais potencialidade; já no segundo ponto, não só a formação garante razoavelmente a gestão social e humana, mas a criação de novos saberes permitirá identificar e resolver problemas sociais nos locais onde estão inseridas as universidades.

Para concluir

Newton estava certo quando afirmava que, caso lhe fosse cedido um apoio, ele seria capaz de contrabalançar o globo. Acho que as universidades em Angola também precisam deste “tipo” de apoio.

A universidade consiste, a partir de uma comunidade autónoma e livre, ministrar e partilhar o Ensino e aprofundar e desenvolver a Investigação científica. É este o espaço privilegiado para aprender a pensar! Aprender a viver para o bem, fomentar a bondade do serviço, pelo rigor do mesmo, amar a beleza que se desvela no processo de descoberta. Face às realidades neo-capitalistas e às exigências da sociedade complexa actual, e partindo das demandas sociais por onde estão sedeadas as Regiões Académicas, espera-se eficiência, rigor, serviço e educação para a cidadania, por parte das universidades. Precisar-se-á de licenciados para providenciar a mão-de-obra nas instituições públicas e privadas; necessitar-se-á de mestres para uma mão-de-obra qualificada nas nossas instituições; os Doutores serão a garantia da maturação e desenvolvimento de uma comunidade científica que responde às exigências da ciência e às aflições sociais das comunidades. Para que tal aconteça, os governos locais poderão ser parceiros estratégicos das universidades, quer para as suas consultas especializadas, quer para auxiliar o bom funcionamento do Ensino e pesquisa.

Os valores apresentados, *verdadeiro, belo e bem*, presentes na angolanidade, a que acresce a *solidariedade* e o *diálogo*, constituem os suportes fundamentais para a nossa concepção de universidade ao serviço da sociedade de Angola, pois sendo a universidade uma invenção humana, reflexo da comunidade que a criou, é fundamental que ela se funda, em Angola, nos valores que mantêm viva a própria comunidade angolana!

Bibliografia

- ABRANCHES, H., (1980), Reflexões sobre cultura nacional. Luanda: UEA/Estudos
- BATSIKAMA, P., (2013), Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola. Porto: U.F.P., (Tese de Doutoramento). Orientador: Álvaro Campelo
- BOAS, F., (1945 [1918]), “The Mental Attitude of Educated Classes”, in: *Race and Democratic Society*. New York: J. August, pp.133-140
- CAMPELO, A., (2002) “A antropologia e o discurso político”, in: *Antropológicas*, #5, Porto: U.F.P., pp.207-237
- CARVALHO, P., (2002), Angola, quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as ciências política, económica e social, Lisboa: CELTA
- CARVALHO, R. D. de, (1989), Ana a manda. Os filhos da rede, Lisboa: IICT
- ESTERMANN C., (1956), Etnografia do Sudoeste de Angola, I, os povos não-banto e o grupo dos Ambos, Junta de Investigação de Ultramar, Lisboa.
- -----1957, Etnografia de Sudoeste de Angola, II, Grupo étnico Nhaneca-Humbe, Junta de Investigações de Ultramar
- HABERMAS, J., (1987), The philosophical Discourse of modernity: twelve lectures, Cambridge: MIT Press
- HAYES, P., (1993), “Order Out of Chaos: Mandume ya Ndemufayo and Oral History”, in: *Journal of Southern African Studies*, 19 (1), Marco
- FOUCAULT, M., (1987), Vigiar e Punir, Petrópolis: Vozes
- GELLNER, E., (1989), Postmodernism, Reason and Religion, London and New York: Routledge
- SANGO, A.O.J., (1996), “Angola : uma tentativa de acomodação das diferenças”, in : *II RIHA*, pp.131-146
- SANTOS, M. (1999), Educação, Educação e Ensino em Angola, Braga
- SOMERVILLE, K., (1986), Angola: Politics, Economics, and Society, Colorado: Lynne Rienner
- ZAU, F. (2007), Educação em Angola: novos trilhos de desenvolvimento, Luanda: Nzila
- IAN/Torre do Tombo, SCCIA,
- s/d, “Para independência de Angola”, Cota actual, Proc. Inf. Liv. nº226